

Arena Pernambuco
Negócios e Investimentos S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2022	2021	Passivo e passivo a descoberto	2022	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	109	836	Financiamentos (Nota 10)	191.094	180.026
Outros ativos	600	658	Fornecedores (Nota 11)	148	198
	<u>709</u>	<u>1.494</u>	Impostos, taxas e contribuições (Nota 12)	3.134	3.201
			Sociedades do Grupo Novonor (Nota 9)	738	444
			Outros passivos		167
				<u>195.114</u>	<u>184.036</u>
Não circulante			Não circulante		
Contas a receber (Nota 7)	194.899	194.899	Fornecedores (Nota 11)	89.947	89.947
Impostos a recuperar	956	1.044	Sociedades do Grupo Novonor (Nota 9)	548	535
Tributos diferidos (Nota 8 (a))	20.968	20.968	Provisão para contingências (Nota 13)	19	62
Outros ativos	3.135	3.122		<u>90.514</u>	<u>90.544</u>
	<u>219.958</u>	<u>220.033</u>			
			Passivo a descoberto		
			Capital social (Nota 14 (a))	70.676	70.676
			Prejuízos acumulados	(135.637)	(123.729)
				<u>(64.961)</u>	<u>(53.053)</u>
Total do ativo	220.667	221.527	Total do passivo e do passivo a descoberto	220.667	221.527

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Operações continuadas		
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 15)	(956)	(1.237)
Prejuízo operacional	(956)	(1.237)
Receitas financeiras	126	141
Despesas financeiras	(11.078)	(8.027)
Resultado financeiro		
Resultado financeiro, líquido (Nota 16)	(10.952)	(7.886)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.908)	(9.123)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 8 (b))		743
Prejuízo do exercício	(11.908)	(8.380)
Prejuízo por ação das operações continuadas durante o exercício (expresso em R\$ por ação (Nota 17))	(0,17)	(0,12)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do passivo a descoberto

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2021	<u>70.676</u>	<u>(115.349)</u>	<u>(44.673)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(8.380)</u>	<u>(8.380)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>70.676</u>	<u>(123.729)</u>	<u>(53.053)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(11.908)</u>	<u>(11.908)</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>70.676</u>	<u>(135.637)</u>	<u>(64.961)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.908)	(9.123)
Ajustes:		
Juros e encargos sobre financiamentos (Nota 16)	10.995	7.926
Custo de transação sobre financiamento (Nota 16)	73	93
Reversão para contingências (Nota 15)	(43)	
Despesas financeiras e outros, líquidos	13	
Caixa aplicado nas operações	(870)	(1.104)
Variação dos ativos e passivos:		
Impostos a recuperar	88	(304)
Outros ativos	45	205
Fornecedores	(50)	42
Impostos, taxas e contribuições	(67)	996
Outros passivos	127	487
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(727)	322
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas		
Recursos recebidos		535
Amortizações de financiamentos (Nota 10 (b))		(28)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		507
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(727)	829
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	836	7
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	109	836

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A. ("Arena Pernambuco" ou "Companhia" ou "Concessionária") é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE") de capital fechado, com sede em Pernambuco, constituída em 31 de maio de 2010 e tinha como objeto social específico a exploração da concessão administrativa ("Contrato de Concessão") da Arena Multiuso da Copa 2014 ("Arena Multiuso"), mediante condições do Contrato de Concessão firmado entre o Estado de Pernambuco, por intermédio do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas ("CGPE" ou "Concedente") e a Arena Pernambuco.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor ("Grupo ou Grupo Novonor"), cuja controladora direta é a Novonor Properties Entretenimento Participações S.A. ("NPEP") e a indireta é a Novonor S.A - Em Recuperação Judicial ("Novonor").

Em 1º de junho de 2013, foi iniciada a operação da Arena Multiuso pelo prazo de 30 anos de exploração, conforme contrato firmado em 2010, o qual foi formal e consensualmente rescindido pelas partes em 6 de junho de 2016.

(a) Rescisão Contratual

Em 6 de junho de 2016, foi celebrado acordo consensual para rescisão do Contrato de Concessão Administrativa ("Contrato"), por meio do documento intitulado de "Instrumento Particular de Rescisão Consensual de Contrato de Concessão Administrativa" ("Instrumento").

Com a assinatura do Instrumento, a Companhia entregou os bens reversíveis ao Poder Concedente. A partir da assinatura do Instrumento, a Companhia ficou exonerada das obrigações previstas no Contrato de Concessão, em especial no que tange à operação, manutenção e conservação do empreendimento, com exceção das obrigações que, por força de lei, deverão permanecer sob sua responsabilidade, pelo prazo legal (como por exemplo, a responsabilidade civil pela construção e solidez da obra), e do dever de prestar informações e demonstrativos, relativos ao período de execução do Contrato.

Ainda consoante o Instrumento, a Companhia receberá até o ano de 2031 o valor de R\$ 194.899 (2021 - R\$ 194.899) (Nota 7 (i)).

Em razão da rescisão consensual formalizada, a Companhia e o Estado de Pernambuco concordaram que nenhum valor será devido de parte a parte referente a qualquer Receita de contraprestação da concedente para operação da Arena adicional, bem como que o procedimento arbitral proposto pela Companhia contra o Estado de Pernambuco deverá prosseguir em relação ao que não foi transacionado, conforme itens expressamente previstos no Instrumento.

Decorrente do Instrumento estabelecido com o Poder Concedente, a Companhia reconheceu em 2016 a Perdas Estimadas em Créditos Liquidação Duvidosas ("PECLD") no valor de R\$ 153.358, onde o saldo em 2022 está atualizado em R\$ 153.478 (2021 - R\$ 153.478), vide nota 7 (i)), sujeitas à recuperação, conforme procedimento arbitral, e R\$ 109.732 referente a perdas decorrentes de rescisão contratual.

Em 2017, por força de decisão liminar proferida no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco ("TJPE"), em recurso de agravo de instrumento apresentado pelo Estado de Pernambuco, houve a parcial suspensão do processo de arbitragem, relativamente ao pleito da Companhia de ressarcimento de custos adicionais relacionados às obras de construção da Arena Pernambuco.

Em dezembro de 2018, o TJPE proferiu a decisão por meio da qual, em juízo de retratação, deu provimento ao agravo interno da Arena Pernambuco para revogar a liminar que havia suspenso parcialmente a arbitragem instaurada contra o Estado de Pernambuco. Com essa decisão, a Câmara de Comércio Brasil-Canadá - CCBC determinou a retomada do processo relativo ao pleito de ressarcimento de custos adicionais.

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (“TC/PE”), foi determinada, em dezembro de 2019, a suspensão cautelar dos pagamentos previstos no Instrumento, que eram destinados aos custos da Arena Pernambuco e à amortização do financiamento contraído junto ao Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”). A Arena Pernambuco apresentou defesa no bojo dessa cautelar, a qual segue pendente de julgamento pela 2ª Câmara do TC/PE.

Em decorrência da suspensão cautelar a Companhia suspendeu a atualização do saldo do contas a receber até que seja julgada a defesa apresentada.

Em setembro de 2021, iniciaram as perícias de engenharia e contábil referentes ao pleito de alteração do projeto e aceleração da obra. Em outubro de 2021, os embargos de declaração opostos pelo Estado de Pernambuco nos autos da apelação em referência a liminar que havia suspenso parcialmente a arbitragem, foram rejeitados por unanimidade pelo TJPE.

(b) Perspectivas econômicas e financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 194.405 (2021 – R\$ 182.542) decorrente: da ausência dos pagamentos pelo Estado de Pernambuco destinados à amortização do financiamento; da suspensão, por 12 meses, do pagamento das parcelas de financiamentos de janeiro até 31 de dezembro de 2020 e em função da reclassificação do contas a receber para o não circulante, vide nota 7. A Companhia apresentava também passivo a descoberto no montante de R\$ 64.961 (2021 – R\$ 53.053). A Administração da Companhia espera equalizar a situação do capital circulante líquido negativo através do julgamento do processo que suspendeu os pagamentos previstos no Instrumento que eram destinados à amortização do financiamento e da resolução do procedimento arbitral instaurado contra o Estado de Pernambuco.

(c) Operação Fair Play

Em 14 de agosto de 2015, a Companhia tomou conhecimento de investigações conduzidas pela Polícia Federal no âmbito da operação denominada "Fair Play", cujo objeto compreende supostas irregularidades ocorridas na Parceria Público-Privada. A Companhia entende que tal inquérito e seus eventuais desdobramentos não têm impacto sobre suas demonstrações financeiras.

(d) Acordo global da Novonor com autoridades

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem.

Em 9 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, celebrou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União (“AGU”) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado, de forma unânime, pelo plenário do Tribunal de Contas da União (“TCU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar, em 22 (vinte e dois) anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

No dia 24 de janeiro de 2022, foi celebrado entre, de um lado, a Novonor e a controlada indireta CNO S.A. e, de outro lado, a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, um Acordo de Leniência, no qual a Novonor e a controlada indireta CNO são coobrigadas ao pagamento no valor de aproximadamente R\$ 330 milhões em 23 (vinte e três) parcelas anuais, que será parcialmente deduzido dos R\$ 3.828 milhões do Acordo celebrado com o MPF, as 5 (cinco) primeiras parcelas serão adimplidas com os valores já desembolsados pela Novonor no âmbito do Acordo Global.

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Novonor reafirma continuamente seu compromisso de atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas do Grupo.

(e) Recuperação judicial do Grupo Novonor

Em 17 de junho de 2019, a controladora indireta da Companhia, Novonor Properties Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial (“NP Investimentos”) e Novonor, juntamente com outras empresas do Grupo Novonor, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Em 22 de abril de 2020, o Plano de Recuperação Judicial da Novonor e de outras 11 empresas controladas ou controladoras, incluindo a NP Investimentos, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 3 de agosto de 2020, o referido Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

(f) Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela diretoria da Companhia em 04 de maio de 2022.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além dos prejuízos dos exercícios apresentados, razão pela qual não foi apresentada a demonstração do resultado abrangente.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3. Instrumentos financeiros

2.3.1. Ativos Financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(b) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa ser mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos e contas a receber.

2.3.2. Passivos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros da Companhia incluem financiamentos e fornecedores.

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem ao valor a receber pela entrega dos bens reversíveis ao Poder Concedente, conforme o prevê o Instrumento (Nota 1 (a)), com incidência de atualização mensal calculada pela taxa efetiva de 10% a.a. ou atualização da SELIC.

Em decorrência da suspensão cautelar dos pagamentos previstos no Instrumento, a Companhia suspendeu a atualização mensal do saldo a receber até julgamento da defesa apresentada (Nota 1 (a)).

A Companhia possuía evidências de ativos cujo valor recuperável foi inferior aos montantes registrados contabilmente e constituiu PECLD (Nota 7).

A PECLD é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir riscos sobre a carteira de valores a receber. O critério de constituição leva em consideração a expectativa de recebimento e o percentual de recuperação histórica dos valores a receber que se encontram vencidos.

2.5. Fundo restrito

O fundo restrito inclui contas garantidas para cobertura dos financiamentos da Arena Pernambuco, conforme previsto nos contratos de financiamentos, não possuem liquidez imediata e podem ser movimentados apenas mediante autorização do BNB.

2.6. Financiamentos

Corresponde ao saldo de financiamento junto ao BNB a pagar pela Companhia. Os valores captados foram utilizados para construção e implantação da Arena Multiuso, com vencimento em abril de 2031.

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas nominais desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro contra os quais possa ser realizado.

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9. Provisão para contingência

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e a avaliação de risco está amparada por seus assessores legais externos.

2.10. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

A Companhia avaliou as alterações nas normas contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. As alterações aplicadas à realidade da Companhia são:

(a) Revisadas e vigentes

- Alteração ao IFRS 3 (CPC 15(R1)), Referência à Estrutura Conceitual – vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.
- Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 (CPC 27(R1), CPC 43(R1), CPC 48, CPC 06(R2) e CPC 29, respectivamente), Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020 – vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

- Nova Norma IFRS 17 (CPC 50), Contratos de Seguros – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 (CPC 36(R3) e CPC 18(R2)) respectivamente), Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* – vigência não definida.
- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 (CPC 32), Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (*“single transaction”*) – vigente a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é possível que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa questão for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

(b) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir riscos sobre a carteira de valores a receber. O critério de constituição leva em consideração a expectativa de recebimento e o percentual de recuperação histórica dos valores a receber.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e fundo restrito, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Assim, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito.

(a) Exposição a risco com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação pela taxa efetiva de juros referente ao contrato de financiamento firmado junto ao BNB.

(b) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela tesouraria.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Mensurados ao custo amortizado	
	2022	2021
Custo amortizado		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	109	836
Contas a receber (Nota 7)	194.899	194.899
	<u>195.008</u>	<u>195.735</u>
Custo amortizado		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Financiamentos (Nota 10)	191.094	180.026
Fornecedores (Nota 11)	90.095	90.145
	<u>281.189</u>	<u>270.171</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Banco - conta movimento	107	834
Aplicações financeiras (i)	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>109</u>	<u>836</u>

(i) Aplicações financeiras referem-se a operações em títulos de valores mobiliários com remuneração nas variações monetárias de suas quotas e de renda fixa em moeda nacional, com remuneração média de 9,69% do CDI com liquidez imediata.

7. Contas a receber

(a) Composição

	2022	2021
Setor público		
Estadual (i)	348.377	348.377
PECLD (Nota 1)	<u>(153.478)</u>	<u>(153.478)</u>
Não circulante	<u>194.899</u>	<u>194.899</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 348.377, refere-se às contraprestações públicas a receber, sendo R\$ 194.899 (2021 – R\$ 194.899) decorrente das negociações do Instrumento de rescisão contratual e R\$ 153.478 (2020 - R\$ 153.478) sujeitas à recuperação, conforme procedimento arbitral, parcela à qual foi constituída PECLD (Nota 1).

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa foi atualizada no ano de 2021 a partir da ponderação dos riscos de perdas baseadas em dados históricos fornecidos por agências de avaliação de risco.

Diante da ausência de definição/julgamento da suspensão cautelar dos pagamentos previstos no Instrumento, que eram destinados aos custos da Arena Pernambuco e à amortização do financiamento contraído junto ao

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

BNB, desde dezembro de 2019 e sem indícios de resolução para o próximo ano, reclassificamos, em 2021, todo o saldo de contas a receber para o não circulante.

8. Tributos diferidos

(a) Posição patrimonial

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Composição de tributos diferidos:		
Provisões temporárias	(52.182)	(52.182)
Outros	31.214	31.214
	<u>(20.968)</u>	<u>(20.968)</u>
Passivo de tributo diferido	31.214	31.214
Ativo fiscal diferido - não circulante	<u>(52.182)</u>	<u>(52.182)</u>
Ativo fiscal líquido diferido - não circulante	<u>(20.968)</u>	<u>(20.968)</u>

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo antes dos impostos	(11.908)	(9.123)
Imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") às alíquotas nominais	4.049	3.102
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(216)	
Prejuízos fiscais / Bases Negativas - Sem Constituição Diferido	(3.821)	(3.028)
Outros	<u>(12)</u>	<u>669</u>
Efeito IR e CS no resultado		<u>743</u>
Total despesa com IR e CS		<u>743</u>

9. Sociedades do Grupo

Em dezembro de 2022, o saldo no passivo circulante de R\$ 738 (2021 – R\$444) correspondente a um contrato de prestação de serviços com a CNO S.A. ("CNO"). No passivo não circulante o saldo é de R\$ 548 (2021 – R\$ 535) referente a um contrato de mútuo firmado com a CNO, com o vencimento em 31 de dezembro de 2023.

10. Financiamentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Moeda nacional		
BNB	191.094	180.026

Em 27 de setembro de 2017, foi celebrado o 4º termo aditivo ao contrato de financiamento deliberando sobre: (i) alteração da forma de pagamento do montante principal do financiamento contratado; (ii) alteração da forma de recomposição do fundo restrito (fundo de liquidez em conta reserva BNB); (iii) aceleração da amortização da dívida; e (iv) reconhecimento, por parte do BNB, do montante principal do financiamento em R\$ 177.229.

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 6 de abril de 2020, foi emitida resolução do Banco Central do Brasil suspendendo os pagamentos por 12 meses das parcelas de financiamento vencidas e a vencer até 31 de dezembro de 2020

Em fevereiro de 2021 a Arena Pernambuco foi notificada pelo BNB do vencimento antecipado da dívida em decorrência do não pagamento de parcela de juros e principal a partir de janeiro 2021, requerendo a recomposição do Fundo de Liquidez em Conta Reserva, no valor de R\$ 1.672. Diante disso, todo o passivo foi reclassificado para o circulante.

(a) Garantias

Os financiamentos mantidos pela Companhia estão garantidos pela cessão fiduciária de determinados direitos e créditos e do fundo de liquidez em conta reserva no BNB, além do penhor da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia.

(b) Movimentação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício	180.026	172.035
Provisão de juros e encargos financeiros	10.995	7.926
Amortização custo de transação	73	93
Amortização de principal		(28)
	<u>191.094</u>	<u>180.026</u>

11. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de construção (i)	89.947	89.947
Serviços de consultoria e assessoria		2
Outros	148	196
	90.095	90.145
(-) Circulante	(148)	(198)
Não circulante	<u>89.947</u>	<u>89.947</u>

(i) O montante de R\$ 89.947 refere-se a serviços de construção da infraestrutura da Arena Multiuso, sendo todo o saldo devido à CNO, classificado no passivo não circulante.

12. Impostos, taxas e contribuições

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PIS	438	446
COFINS	2.696	2.747
Tributos retidos de terceiros		8
	<u>3.134</u>	<u>3.201</u>

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava o montante de R\$ 19 (2021 – R\$ 62) referente a ações cíveis as quais a administração, juntamente com seus assessores jurídicos, classificou o risco de perda como provável. A Companhia possui ainda ações cíveis, envolvendo riscos de perda que foram classificados como possíveis, no valor de R\$ 467 (2021 - R\$ 381), respectivamente. As ações judiciais cíveis foram movidas contra a Companhia por consumidores dos serviços prestados na Arena Multiuso.

14. Passivo a descoberto

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a composição acionária da Companhia é representada da seguinte forma:

Acionistas	Capital social	Ações	Participação (%)
NPEP	67.849	67.849.280	96,00
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI")	2.827	2.826.720	4,00
	<u>70.676</u>	<u>70.676.000</u>	<u>100,00</u>

15. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal	16	(1)
Serviços de terceiros	(781)	(644)
Provisão para perda		(119)
Reversão para contingências	43	
Gastos administrativos	(294)	(444)
Outras receitas (despesas) gerais	60	(29)
	<u>(956)</u>	<u>(1.237)</u>

16. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	126	141
Despesas financeiras		
Juros e encargos sobre financiamentos (Nota 10)	(10.995)	(7.926)
Custo de transação sobre financiamento (Nota 10)	(73)	(93)
Juros e multa sobre parcelamento de impostos	(4)	(2)
Pis e Cofins sobre receita financeira	(6)	(6)
	<u>(11.078)</u>	<u>(8.027)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(10.952)</u>	<u>(7.886)</u>

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo, atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(11.908)	(8.380)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - (em milhares)	<u>70.676</u>	<u>70.676</u>
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)	<u>(0,17)</u>	<u>(0,12)</u>

18. Seguros (Não auditado)

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas, consideradas pela Administração, suficientes para cobrir os riscos inerentes às suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta o seguro descrito a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura*</u>
Seguro de responsabilidade para administradores	Zurich Brasil Seguros S.A	22 de junho de 2023	150.000

*Compartilhado com outras empresas do grupo Novonor.

19. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Erisvaldo de Oliveira (10 de Maio de 2023 15:35 ADT)

Erisvaldo de Oliveira

Diretor

Carlos Manuel Guerra (10 de Maio de 2023 14:40 ADT)

Carlos Manuel Alves Geral Rodrigues Guerra

CRC – BA 022006/O

Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração Financeira publicada no site da Companhia em:

<https://www.novonor.com/pt/relacoes-institucionais/central-de-documentos>

* * *